



## Do código penal a patrimônio cultural: uma breve análise dos caminhos da capoeira

### From penal code to cultural heritage: a brief analysis of the paths of capoeira

Andressa Marques Siqueira\*

Universidade de São Paulo -USP



<https://orcid.org/0000-0001-8061-523X>

[andressa.siqueira@alumni.usp.br](mailto:andressa.siqueira@alumni.usp.br)

**RESUMO:** O artigo resume e analisa os caminhos da capoeira em razão da sua peculiar trajetória da criminalização ao reconhecimento como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil e da Humanidade. Apresenta como momentos históricos relevantes os processos de repressão e criminalização, institucionalização, e patrimonialização da expressão cultural; e analisa esses momentos identificando três fatores como essenciais para manutenção da prática cultural ao longo dos séculos e para seu reconhecimento como patrimônio cultural: a resistência e atuação dos capoeiristas, os interesses do Estado, e a africanidade da expressão cultural.

**PALAVRAS-CHAVE:** Capoeira, patrimônio cultural, repressão.

**ABSTRACT:** The article summarizes and analyzes the paths of capoeira due to its peculiar trajectory from criminalization to recognition as Intangible Cultural Heritage of Brazil and Humanity. It presents as relevant historical moments the processes of repression and criminalization, institutionalization, and patrimonialization of cultural expression; and analyzes these moments by identifying three factors as essential for maintaining cultural practice over the centuries and for their recognition as a cultural heritage: the resistance and performance of capoeiristas, the interests of the State and the africanity of cultural expression.

**KEYWORDS:** Capoeira, cultural heritage, repression.

---

\* Doutora em Ciências Ambientais pela Universidade de São Paulo (USP). Pesquisadora das temáticas que relacionam cultura e natureza. Mestre de Capoeira Angola pela Academia João Pequeno de Pastinha (CECA).

## INTRODUÇÃO

A capoeira consiste em uma manifestação cultural de características múltiplas, é ao mesmo tempo luta, dança e jogo. Suas origens ainda são amplamente discutidas por pesquisadores e estudiosos do tema, mas podemos classificá-la como uma manifestação cultural afro-brasileira porque foi criada no Brasil tendo manifestações culturais africanas como matrizes. Atualmente é praticada por diversos grupos sociais e pode ser encontrada em basicamente três estilos: Angola, Regional e Contemporânea. Está presente em todo o Brasil e também nos cinco continentes, podendo ser observada em mais de 150 países (IPHAN, 2014).

No ano de 2008 a capoeira foi reconhecida como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil sendo a primeira manifestação cultural a se colocar em dois livros de registro, uma vez que a “Roda de Capoeira” foi registrada no Livro das Formas de Expressão e o “Ofício dos Mestres de Capoeira” no Livro dos Saberes. Em adição, no ano de 2014 a “Roda de Capoeira” foi também reconhecida como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade.

Apesar de todo reconhecimento como uma expressão cultural de relevância humanitária, os caminhos da capoeira no Brasil, brevemente apresentados nesse artigo, demonstram que a mesma nem sempre foi valorizada. Historicamente, viandou da repressão e criminalização no século XIX até a patrimonialização no século XXI.

Analisando esses caminhos, o presente artigo apresenta os processos históricos e conclui que a africanidade da capoeira e a atuação dos capoeiristas e do Estado em relação à prática cultural, foram fatores essenciais para sua manutenção e reconhecimento como patrimônio cultural.

## ORIGEM DA CAPOEIRA

Paulo Araújo e Ana Jaqueira (2008) afirmam que os estudos sobre a origem da capoeira no Brasil têm o período colonial como norteador, pois foi nesse período histórico que ocorrem os fatores determinantes para compressão do tema: um significativo fluxo de tráfico negreiro das mais distintas regiões africanas, o registro da presença de outros contingentes populacionais europeus e não europeus, e as primeiras evidências da presença da luta da capoeira em diversas cidades do Brasil colonial.

No entanto, a falta de documentação deste período dificulta a busca de elementos documentais sobre a origem da expressão cultural, o que pode ser explicado pelo fato de

Ruy Barbosa, quando ministro da Fazenda do governo de Deodoro da Fonseca em (1890), ter mandado incinerar uma vasta documentação relativa a esse período com o argumento de apagar a história negra da escravidão (MELLO, 1996).

Outro aspecto também dificultador na busca da gênese da capoeira é sua característica de expressão multifacetada – dança, luta, jogo, o que por si só amplia as incertezas das suas origens, pois a capoeira ganhou contornos específicos de acordo com os contextos em que se desenvolveu (IPHAN, 2014).

Frente esses dificultadores, a origem da capoeira é tema ainda controverso dentre os pesquisadores de diversas áreas do conhecimento. Uma análise da literatura sobre o tema permite afirmar que existem três distintas linhas que fundamentam a gênese da capoeira, a saber: 1) nasceu na África e foi trazida pelos africanos escravizados; 2) nasceu no Brasil e foi criada por escravos e quilombolas e; 3) é brasileira de criação indígena.

As duas primeiras linhas remetem a uma matriz africana da origem da capoeira e se devem principalmente a observação de elementos culturais africanos que podem ser identificados na forma passada e atual da capoeira, como por exemplo, o *N'Golo* ou dança da zebra de origem angolana, dentre outras. A terceira se deve ao termo “capoeira” ser originário da língua Tupi e essa expressão cultural ser uma dança/luta de guerra, elemento observado em diversa etnias indígenas brasileiras.

Destas três linhagens sobre a gênese da capoeira, a menos provável consiste naquela de que a capoeira seria uma criação de indígenas brasileiros. De acordo como IPHAN (2014), esse mito fundador não se sustenta uma vez que não há documentação ou mesmo relato de índios que reivindicuem essa paternidade.

As demais linhagens, que remetem a uma matriz africana da capoeira, parecem ser mais prováveis. Diversos autores como Waldeloir Rego (1968), Almir das Areias (1996), e André Reis (1997), citam que capoeira tem sua gênese no Brasil tendo expressões culturais africanas como matrizes.

Essa afirmativa se embasa no fato de que até hoje não há nenhum relato ou documento que comprove a existência pretérita da capoeira na África, apenas a presença em solo africano de danças guerreiras com características similares. Também se sustenta no fato da capoeira ter surgido apenas no Brasil, em contraponto a ocorrência de que muitos grupos étnicos africanos traficados para o Brasil, também foram traficados para outros países, onde a capoeira não foi observada no passado.

Considerando que as culturas são construídas a partir das influências que a cercam, o que gera tanto rupturas quanto continuidades (IPHAN, 2014), acredita-se que a

capoeira surgiu no Brasil a partir de danças guerreiras e/ou outras expressões africanas. Mas, apesar dos indícios, há ainda a necessidade de ampliação dos estudos.

[...] a respeito da origem macro da capoeira, nada temos a dizer de concreto quanto às várias matrizes que influenciaram a invenção da luta brasileira. Entretanto, urge iniciarmos um estudo o mais abrangente possível das expressões corporais de todos os grupos étnicos africanos traficados para o Brasil, e, igualmente dos povos europeus e orientais, naqueles momentos históricos, de forma a identificar todas as matrizes culturais que contribuíram para invenção da capoeira no Brasil e os seus consequentes dinamismos” (ARAÚJO; JAQUEIRA, 2008, p.94)

## **REPRESSÃO E CRIMINALIZAÇÃO DA CAPOEIRA**

A escassez de pesquisas históricas a respeito da capoeira no período que abrange os séculos XVI a XVIII não permite compreender a trajetória da mesma de maneira mais ampla, mas o mais antigo registro referente à capoeira (1789) alude à libertação de um escravo chamado Adão, preso no Rio de Janeiro por praticar capoeiragem (IPHAN, 2014), o que denota sua repressão, antes mesmo da criminalização em 1890.

Diversos são os autores que estudaram a capoeira em diferentes cidades, com destaque para Rio de Janeiro e Salvador, dentre eles podemos citar Carlos Eugênio Líbano Soares (1994; 2001), Luís Sergio Dias (2001), e Frede Abreu (2005). Em todos os estudos realizados se pode observar a repressão da prática da capoeira e dos “indivíduos capoeiras” durante todo o século XIX.

No império, a capoeira não era considerada crime. O “Código Criminal do Império do Brasil”, de 1830, não faz referência explícita aos praticantes da capoeira, mas sua prática era reprimida e combatida no intuito de reduzir sua incidência nas cidades. Os chefes de polícia enquadravam os capoeiristas no capítulo que tratava dos vadios e mendigos, e assim, a capoeira ocupava o segundo lugar entre os delitos que levavam a prisão, ficando atrás somente das prisões por fuga (HOLLOWAY, 1997).

Apesar dessa repressão, se observa que durante todo período imperial a prática da capoeira foi também tolerada. Leticia Reis (1994) aponta algumas razões para essa “tolerância” e para que a capoeira tenha se mantido como contravenção penal ao longo de todo período monárquico. Dentre essas razões destacam-se a relação entre capoeiristas e políticos, capoeiristas e instituições militares e capoeiristas e a monarquia.

A relação entre capoeiristas e políticos se deu por meio da utilização dos capoeiristas como capangas eleitorais por parte dos políticos do Império, devido a

organização dos mesmos em maltas<sup>1</sup>, o que os tornavam uma força paramilitar. A relação entre capoeiristas e instituições militares se deveu a incorporação dos capoeiristas às forças regulares por prática de favor ou recrutamento militar forçado e, neste aspecto, vale ressaltar a participação de muitos deles na Guerra do Paraguai (1864 – 1870). E, finalmente, a relação entre capoeiristas e a monarquia se observa por meio de registros históricos da aproximação entre esses dois grupos, principalmente com a participação dos capoeiristas na “Guarda Negra.”<sup>2</sup>

Com o advento da República, e em seus primeiros tempos, os capoeiristas passaram a ser um dos principais alvos de repressão policial, o que culminou com a criminalização da capoeira em outubro de 1890. Essa repressão se deveu, em parte, a atuação política dos capoeiristas junto à monarquia, com destaque para a participação deste grupo na “Guarda Negra” (PINTO, 2011) e também ao fato da elite “republicana” do Brasil ter como meta apagar todo e qualquer rastro deixado pela escravidão, com a consequente eliminação das manifestações culturais produzidas pela população negra.

Os intelectuais da época compactuavam de uma visão evolucionista do mundo onde a “raça negra” seria incapaz de se adaptar à civilização, sendo necessária para a construção de um Brasil “moderno” e “civilizado” a eliminação do peso da herança africana (REIS, 1994).

Com a criminalização, o Código Penal da República dos Estados Unidos do Brasil deu aos capoeiristas tratamento específico no capítulo XIII intitulado “Dos vadios e capoeiras”, proibindo sua prática:

Art. 402. Fazer nas ruas e praças públicas exercícios de agilidade e destreza corporal conhecidos pela denominação de capoeiragem; andar em correrias, com armas e instrumentos capazes de produzir uma lesão corporal, provocando tumultos ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo terror de algum mal: Pena - de prisão cellualar de dous a seis mezes (BRASIL, 1890, cap.XIII, Art.402) [sic]

O mesmo código penal considerava ainda circunstância agravante o capoeirista pertencer a uma malta ou banda, bem como previa a deportação deles para colônias penais.

Art. 400. Si o termo for quebrado, o que importará reincidência, o infractor será recolhido, por um a três annos, a colônias penaes que se fundarem em ilhas marítimas, ou nas fronteiras do território nacional,

<sup>1</sup> Grupo de praticantes da capoeira presentes no Rio de Janeiro.

<sup>2</sup> Grupo que surgiu no Rio de Janeiro em 1888 e era composto por libertos gratos à assinatura da Lei Áurea e que, por isso, apoiavam à regente, a princesa Isabel, identificando-se com a causa monárquica.

podendo para esse fim ser aproveitados os presídios militares existentes. Paragrapho unico. Si o infractor for estrangeiro será deportado. mezes (BRASIL, 1890, cap.XIII, Art.400) [sic]

Art. 403. No caso de reincidencia, será applicada ao capoeira, no gráo maximo, a pena do Art. 400. Paragrapho unico. Si for estrangeiro, será deportado depois de cumprida a pena. mezes (BRASIL, 1890, cap.XIII, Art.403) [sic]

Em adição, o Código de 1893 destacou novamente os capoeiristas, e através do decreto número 145, autorizou o governo a instituir uma colônia correcional para correção, pelo trabalho, dos vadios, vagabundos e capoeiras.

Apesar das normativas, a criminalização da capoeira foi polêmica e gerou embates intelectuais. Contra as autoridades republicanas surgiram aqueles que como Mello Moraes Filho viam a capoeira como um dos símbolos de “brasilidade” (REIS, 1994) o que foi essencial para descriminalização na década de 1930, mais especificamente em 1937, quando é liberada e deixa de figurar no Código Penal.

## **A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA CAPOEIRA**

A institucionalização da capoeira tem suas raízes ainda no século XIX, quando se passou a observar a presença de brancos dentre os praticantes da arte, incluindo letrados, aristocratas e europeus, num processo intitulado por alguns autores de “embranquecimento” da capoeira.

No período compreendido entre as primeiras décadas e a metade do século XIX, a capoeira parece configurar-se como uma atividade eminentemente escrava e negra, mas a partir de meados do século, o espectro de praticantes parece ter se ampliado, abarcando também libertos e pessoas livres (REIS, 1994). Mais especificamente, Marcos Bretas (1991) pontua que o “embranquecimento” da capoeira teve início a partir da década de 1880.

Esse “embranquecimento”, visto na época como uma “higienização” da expressão cultural, permite compreender sua institucionalização. A capoeira passou lentamente de um instrumento de luta e resistência negra numa sociedade escravista e, portanto, algo a ser reprimido e criminalizado, para uma “expressão miscigenada”.

No século XX a capoeira segue se “desafricizando” e encorpando os ares de “brasilidade”, passa de um símbolo étnico a um símbolo nacional, tendo principalmente como pano de fundo a sua esportivização. É vista como jogo, ginástica, luta e como uma herança mestiça e não mais negra.



Como esporte, “a capoeira passa a ser regrada e metodizada permitindo o “convívio harmônico” entre brancos e negros na nova ordem política republicana, agora que ambos eram considerados igualmente cidadãos brasileiros” (REIS, 1994, p. 234).

Para esse movimento de “desafricanização” e “embranquecimento”, George Andrews (2007) cunha o termo “amorenamento” como mais adequado, e destaca que a partir dos anos 1930 toda a América Latina vivencia esse período de “amorenamento” onde as manifestações culturais afro-latinas, antes reprimidas e até proibidas, tornam-se símbolos de identidade nacional em vários países.

No Brasil da década de 1930 esse “amorenamento” cultural é observado no governo Getúlio Vargas (1930 – 1945), que se apropriou da ideia de democracia racial e mestiçagem para viabilizar uma identidade nacional (ALBUQUERQUE; FILHO, 2006). A ideia de democracia racial tinha por objetivo unificar a população do país de forma que todos se identificassem como pertencentes a uma mesma nação que, embora formada por diferentes etnias, viveria em uma suposta harmonia (PINTO, 2011).

É também na década de 1930 que se observa um processo de renovação institucional das manifestações culturais negras em busca de legitimação, legalização jurídica, construção de autonomia territorial, visibilidade na imprensa, aceitação social, afirmação cultural e maior expansão da sua prática para outras camadas sociais (IPHAN, 2014).

Nesse contexto histórico a capoeira começa a se organizar em centros e academias. Mestre Bimba cria a Capoeira Regional, uma capoeira de característica esportiva, intitulada como luta - arte marcial brasileira. Em contraponto, surge uma nova denominação para a “antiga capoeira” - Capoeira Angola, para denotar aquela prática da capoeira onde a ancestralidade africana ainda é destacada e onde Mestre Pastinha configura como o grande nome.

Embora os dois estilos de capoeira estivessem voltados para o lado desportivo da prática, Angola e Regional se diferenciavam em alguns aspectos, sendo a capoeira Regional mais objetiva, técnica e focada no confronto direto, e a Angola mais subjetiva, maliciada e dissimulada (ABIB, 2004).

Essa nova face da capoeira, de característica esportiva, mestiça e organizada, com destaque para a Capoeira Regional, permitiu que a mesma tivesse seu espaço no Estado Novo, instalado em 1937. Nesse mesmo ano se consagrou o início do processo de descriminalização da capoeira, quando Mestre Bimba recebeu autorização para o seu Centro de Cultura Física e Capoeira Regional.

A partir desse momento, a capoeira se expandiu e na década de 1950 já estava presente em diversos grupos e espaços:

[...] a capoeira já estava bastante difundida, com um número significativo de praticantes, espalhadas por diversas camadas sociais, foco de atenção do noticiário nacional e fonte alimentadora de diversas linguagens artísticas (música, dança contemporânea, teatro, artes plásticas, etc...) (IPHAN, 2014, p.52)

No período em 1960 e 1970 se observa a folclorização da cultura negra na Bahia. Nesse movimento, a capoeira, juntamente com outras manifestações culturais, com destaque para o samba e o candomblé, passa a compor o repertório de atrações da indústria turística da cidade de Salvador, fenômeno que contribuiu para uma maior expansão da capoeira no país e exterior.

Hoje, a capoeira pode ser encontrada em todo o Brasil sendo praticada por todas as classes sociais e está presente também em mais de 150 países ao redor do mundo (IPHAN,2014). Essa expansão contribuiu para seu reconhecimento como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil em 2008 e Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade em 2014.

## **A PATRIMONIALIZAÇÃO DA CAPOEIRA**

No Brasil, as políticas culturais relacionadas à temática patrimonial têm suas origens no século XX, sendo destaque a criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, em 1937. No entanto, as ações iniciais deste órgão estavam relacionadas apenas ao patrimônio material, não atendendo às expectativas dos grupos detentores de saberes e fazeres, constituídos como bens culturais de natureza imaterial.

Apenas a partir da década de 1970 é que o governo brasileiro inicia novos movimentos para envolver o saber, o fazer e o saber-fazer das diversas populações. Aparte é a criação do Centro Nacional de Referências Culturais (CNRC), em 1975, espaço de fomento e desenvolvimento de procedimentos para o reconhecimento dos patrimônios culturais populares em seus aspectos materiais e imateriais (PASSOS, 2015).

Todavia, a despeito da atuação do CNRC, o Estado assume o aspecto imaterial da cultura como assunto de interesse nacional somente em 1988 por meio da sua Constituição Federal, que em seu artigo 216 cita:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto,



portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (BRASIL, 1988, Art.216)

Após o reconhecimento dos bens imateriais como componentes do patrimônio cultural brasileiro (1988), apenas no ano de 2000 e, por meio do Decreto 3.551, é que fica instituído o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro. O mesmo decreto cria ainda o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, com o objetivo de implantar a política de inventário, registro e salvaguarda desses bens.

Nesse cenário é que a patrimonialização da capoeira teve início, quando no ano de 2004 o então ministro da cultura Gilberto Gil, acompanhado de um grupo de capoeiristas, participa do evento realizado em Genebra (Suíça) em homenagem ao brasileiro Sergio Vieira de Melo, morto em atentado terrorista no Iraque um ano antes.

Nesta ocasião, Gilberto Gil lançou as bases de um Programa Brasileiro e Internacional para Capoeira, chamando a atenção para grande expansão da capoeira no mundo, a reconhecendo como um ícone da representatividade do Brasil perante os povos, e também como um instrumento para a paz mundial.

Após essa ação inicial, teve andamento o processo de patrimonialização da capoeira e, nos anos subsequentes de 2006 e 2007, foi realizado o inventário da expressão cultural, que culminou na publicação do documento “Inventário para o Registro e Salvaguarda da Capoeira como Patrimônio Cultural do Brasil”, publicado em Brasília no ano de 2007 e no Dossiê “Roda de Capoeira e Ofício dos Mestres de Capoeira” publicado em 2014.

Concluído o inventário, no ano de 2008 a “Roda de Capoeira” e o “Ofício dos Mestres de Capoeira” foram registrados como patrimônios culturais imateriais brasileiros pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, por meio da inscrição no Livro das Formas de Expressão e no Livro dos Saberes, respectivamente.

Em novembro de 2014, na cidade de Paris (França), durante a “9ª Sessão do Comitê Intergovernamental para a Salvaguarda” a “Roda de Capoeira” foi também reconhecida como patrimônio cultural imaterial da humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Como observado, a patrimonialização da capoeira foi iniciativa do Ministério da Cultura, apoiada pelos capoeiristas, e seu registro pode ser melhor compreendido com a análise do parecer 031/08 intitulado “Registro da Capoeira como Patrimônio Cultural do Brasil”, redigido pela antropóloga Maria Paula Fernandes Adinolfi do IPHAN.

No referido documento fica claro que o processo de patrimonialização da capoeira foi inserido em um contexto mais amplo, onde o Estado brasileiro e, por conseguinte o Ministério da Cultura, buscou abarcar as reivindicações de direitos culturais, sociais e políticos da população afro-brasileira.

Teve o intuito de reverter o quadro de exclusão que as praticas culturais originárias de matrizes africanas sofreram ao longo dos séculos, estando à margem das políticas culturais. E, mais que isso, explicita que a patrimonialização se apresenta como instrumento de reconhecimento da capoeira como bem cultural afro-brasileiro enquanto matriz formadora da nacionalidade e da identidade do país.

### **BREVE ANÁLISE DOS CAMINHOS DA CAPOEIRA NO BRASIL**

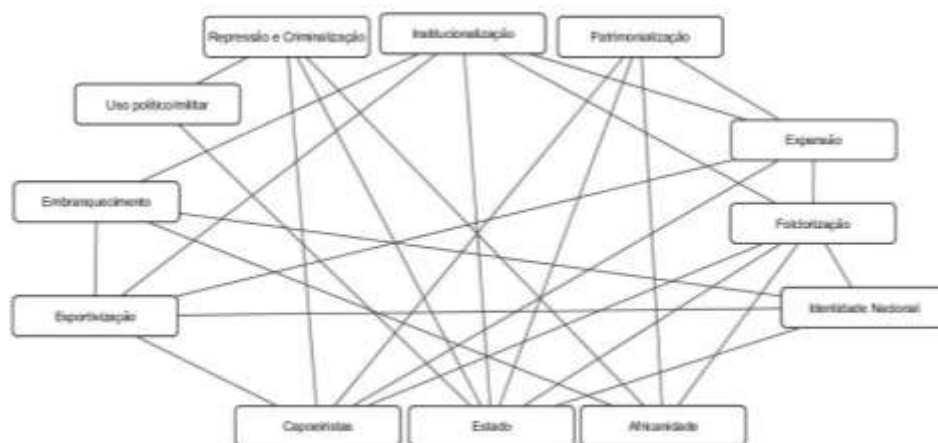
Atentando-se às origens da capoeira como um bem cultural brasileiro de matrizes africanas, e avaliando toda sua trajetória ao longo da história do Brasil, brevemente exposta nesse artigo, é possível compreender os caminhos pelos quais a capoeira passou de uma “vergonha nacional”, uma cultura a ser reprimida, criminalizada, e até mesmo extinta; a “orgulho nacional”, Patrimônio Cultural do Brasil e da Humanidade.

Nessa trajetória três aspectos devem ser destacados como fatores primordiais para compreensão dos caminhos da capoeira, pois se relacionam à história e aos processos aqui apresentados. O primeiro consiste no mérito dos capoeiristas, sem os quais esse bem cultural não teria resistido aos altos e baixos observados na história, e sem os quais essa cultura não teria se mantido e expandido pelo mundo. O segundo recai sobre os interesses do Estado brasileiro em relação à capoeira ao longo dos séculos, que oscilaram da ameaça à manutenção desse bem cultural ao seu reconhecimento como patrimônio. E o terceiro diz respeito à sua africanidade e aos processos de “desafricanização” e “reafricanização”<sup>3</sup> que a capoeira sofreu nos contextos em que se inseriu, e que foram essenciais para a sua manutenção na história e reconhecimento como patrimônio cultural.

---

<sup>3</sup> Ressalta-se que a capoeira é uma cultura afro-brasileira e que a africanidade está no seu fundamento em razão de suas matrizes formadoras. Portanto, entendem-se aqui os processos de “desafricanização” e “reafricanização” como político e social, referente às formas de visualização e compreensão da capoeira ao longo dos tempos.

**Figura 1.** Os caminhos da capoeira e suas relações.



Fonte: Autora

A resistência e atuação dos capoeiristas ao longo dos séculos foi fator essencial para a manutenção desse bem cultural até os dias atuais. No que concerne à resistência, destaque deve ser dado à manutenção da prática da capoeira, principalmente nos períodos de repressão e criminalização. Em relação à atuação dos capoeiristas, deve-se destacar a participação deles nos processos de esportivização e folclorização da manifestação cultural, e na expansão da capoeira pelo mundo, fatores que culminaram na sua patrimonialização.

A esportivização da capoeira foi efetiva para sua conservação e descriminalização porque a “adaptou” ao contexto sociopolítico e cultural da época, e tornou sua prática mais “civilizada” aos olhos do Estado e sociedade. Essa esportivização foi acompanhada da escolarização e tem como principal origem a criação da Capoeira Regional pelo Mestre Bimba, que misturou à capoeira golpes de outras lutas e artes marciais criando um novo estilo, uma capoeira vista como “luta nacional”, de característica mista e, portanto, menos africanizada aos olhos da sociedade. Assim, inseriu a capoeira em um contexto mais escolarizado e regrado, conseqüentemente mais aceito e divulgado na ampla sociedade.

Após a iniciativa de Mestre Bimba, outros praticantes de capoeira também iniciaram um processo de escolarização criando centros e academias, com destaque para o Mestre Pastinha, que também ressaltou o aspecto esportivo da capoeira, mas optou pela manutenção de uma capoeira mais originária, sem mistura com outras lutas ou artes marciais.

Apesar desse movimento histórico, faz-se necessário uma maior investigação para compreender a motivação desses processos de esportivização e escolarização da capoeira. Avaliar se foram iniciados pelos capoeiristas por acreditarem, de fato, na importância da organização da capoeira e da sua ressignificação como esporte, ou por estratégia de

manutenção política da prática cultural, uma vez que a não adequação a esse novo ideal de capoeira (mestiça, esportiva e organizada) acabaria por comprometer sua manutenção.

A folclorização da capoeira tem como agente maior o Estado e a questão do turismo em Salvador, embasado na “cultura negra da Bahia” como atrativo. No entanto, sem a participação dos praticantes de capoeira, principalmente na formação dos grupos folclóricos, esse processo não teria se concretizado. Da mesma forma, a capoeira não teria se expandido pelo Brasil e pelo mundo, pois essa expansão teve início com os processos de esportivização e folclorização, e segue tendo os capoeiristas com principais responsáveis.

Além do mérito dos praticantes de capoeira nos caminhos desse bem cultural, os interesses do Estado brasileiro em relação a essa forma de expressão também contribuíram para a trajetória histórica observada e, em parte, para a manutenção da sua prática, com a ressalva de que a capoeira sempre foi vista pelo Estado em razão do seu “valor de uso”.

Na época da repressão da capoeira, principalmente no Império, o seu “valor de uso” foi principalmente político e militar, com destaque para participação dos capoeiristas na Guerra do Paraguai e na Guarda Negra sendo, portanto, interesse do governo a manutenção controlada da capoeira, apesar da repressão.

No governo de Getúlio Vargas o “uso” da capoeira e dos capoeiristas pelo Estado se deu na utilização dessa manifestação cultural como instrumento para criação de uma identidade nacional, uma vez que a capoeira configurava-se como uma das expressões culturais “mestiças” possíveis de afirmar a identidade nacional buscada.

Ao longo das décadas de 1960 e 1970 o processo de folclorização da capoeira permitiu seu “uso” como instrumento para o incremento do turismo em Salvador pautado na “cultura negra a Bahia” e, mais recentemente, o próprio processo de patrimonialização da capoeira, de iniciativa do Ministério da Cultura, teve como pano de fundo o “uso” da capoeira para o estabelecimento da imagem do Brasil como o país detentor de uma cultura aglutinadora dos povos, instrumento da paz mundial, conforme discurso do ministro Gilberto Gil em 2004 na Suíça.

Outro aspecto a ser destacado são os processos de “desafricanização” e “reafricanização” da capoeira, observados ao longo do seu caminho histórico. Eles foram essenciais para sua manutenção e até mesmo para seu registro como patrimônio cultural.

Ao longo dos séculos XIX e XX, até a década de 1960, a africanidade da capoeira, de modo geral, foi vista como fator negativo. Nesse período foi possível observar sua repressão, criminalização, e o estabelecimento de um processo de “desafricanização” da expressão cultural, que foi importante para sua manutenção, principalmente na década de

1930, quando a esportivização e “amorenamento” da capoeira criaram uma brasilidade para o bem cultural, que a fazia ser mais aceita na sociedade.

No entanto, a partir da década de 1960, com o início da folclorização da capoeira, se observa uma “reafricanização” do bem cultural, pois a “cultura negra da Bahia” passa a ser atração turística, e a capoeira se apresenta como componente desse rol cultural. Desta maneira, apesar da capoeira continuar a ser apresentada oficialmente pelo governo como uma cultura brasileira, símbolo da mestiçagem nacional, o componente africano dessa cultura mestiça passa não mais a ser anulado, mas ressaltado, sendo um dos aspectos relevantes para o processo de patrimonialização dessa manifestação cultural, conforme se pode observar no parecer 031/08 “Registro da Capoeira como Patrimônio Cultural do Brasil”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conhecimento acerca dos caminhos da capoeira brevemente expostos nesse artigo, bem como a análise dos mesmos permite afirmar que sua característica de cultura multifacetada foi essencial para “sobrevivência” da capoeira ao longo dos séculos, pois ao longo dos tempos foi vista como: luta de negros, jogo esportivo, folclore, e cultura nacional; conforme os contextos sociais e políticos nos quais se inseriu.

Também se observa que os três aspectos aqui explicitados: a resistência e atuação dos capoeiristas na manutenção do bem cultural, os interesses do Estado brasileiro em relação à capoeira, e os processos de “desafricanização” e “reafricanização” pelos quais a manifestação cultural passou, caminharam em conjunto ao longo dos séculos e foram essenciais para os caminhos da capoeira que culminaram na sua patrimonialização.

Resta agora a execução de novos estudos sobre a “capoeira patrimônio” para avaliação dos seus “novos caminhos” perante essa valorização social como bem cultural de matriz africana, de importância para o Brasil e para Humanidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABIB, Pedro Rodolpho Jungers. **Capoeira Angola: cultura popular e o jogo de saberes na roda** (Tese de doutorado em Ciências Sociais). Campinas: UNICAMP, 2004.

ABREU, Frede. **Capoeiras – Bahia, Século XIX: imaginário e documentação**. Salvador: Instituto Jair Moura, 2005.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R.; FILHO, Walter Fraga. **Uma História do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Ocidentais, 2006.

ANDREWS, George Reid. **América Afro-Latina, 1800-2000**. São Carlos: Editora da Universidade Federal de São Carlos, 2007.

ARAÚJO, Paulo Coelho de & JAQUEIRA, Ana Rosa Fachardo. A luta da capoeira: reflexões acerca da sua origem. **Antropolítica**, Niterói, nº24, p. 87-102, 1º sem, 2008.

AREIAS, Almir das. **O que é capoeira**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BRASIL. **Código Penal da República dos Estados Unidos do Brasil**. 1890.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRETAS, Marcos Luiz. "A queda do império da navalha e da rasteira (a República e os capoeiras). **Caderno de Estudos Afro-Asiáticos**, no.20. Rio de Janeiro: Cândido Mendes, junho, 1991.

DIAS, Luis Sergio. **Quem tem medo da capoeira?** Rio de Janeiro, 1890- 1904/Luiz Sergio Dias. - Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Divisão de Pesquisa, 2001.

HOLLOWAY, Thomas H. **Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

IPHAN. **Dossiê IPHAN 12 – Roda de Capoeira e Ofício dos Mestres de Capoeira**. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/DossieCapoeiraWeb.pdf>>. Acesso em 02/04/2020.

IPHAN. **Parecer 031/08 – Registro da Capoeira como Patrimônio Cultural do Brasil**. MELLO, André da Silva. Esse nego é o diabo, ele é capoeira ou da motricidade brasileira. **Revista Discorpo**, São Paulo, n. 6, p. 29-39, 1996.

PASSOS, Antônio Marcos de Oliveira. Os mestres de capoeira e a patrimonialização: descompasso das políticas públicas brasileiras, p. 161 – 167. In Freitas (Org). **Uma coleção biográfica: os Mestres Pastinha, Bimba e Cobrinha Verde no Museu Afro-Brasileiro da UFBA**. Salvador. Edufba. 2015.

PINTO, Aline Cristhina dos Santos. Capoeira: de prática perseguida a símbolo da identidade nacional. **Anais do V Congresso Internacional de História**. Maringá, p 1530-1538.2011.

REGO, Waldeloir. **Capoeira angola: ensaio sócioetnográfico**. Salvador: Itapuã, 1968.

REIS, André Luiz Teixeira. **Brincando de capoeira**. Cidade: Ed. Abadá, 1997.



REIS, Leticia Vidor de Sousa. **A capoeira: de "doença moral" à "gymnástica nacional"**. R. História, São Paulo, n. 129-131, p. 221-235, ago.-dez./93 a .- ago.-dez./94.

SOARES, Carlos Eugênio Libano. **A Capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850)**. Campinas: Ed. Unicamp/Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2001.

SOARES, Carlos Eugênio Libano. **A negregada instituição: os capoeiras no Rio de Janeiro, 1850-1890**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1994.



[www.revistafenix.pro.br](http://www.revistafenix.pro.br)

**RECEBIDO EM: 20/04/2020 PARECER DADO EM: 11/09/2020**